

Requerimento nº 75/2005

(Da Sra. Iriny Lopes e dos Srs. Luiz Couto e Geraldo Thadeu)

Requeiro, no termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, do **Seminário Internacional** sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. O evento deverá ocorrer em 22 de setembro de 2005, na Câmara dos Deputados, com a participação de membros de organismos internacionais ligados ao assunto.

Justificativa

Tramita no Parlamento brasileiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo 1.425/2004, inclusive nesta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Os debates do seminário ora proposto deverão instruir a elaboração do parecer técnico a ser aprovado por esta Comissão e outros órgãos do Congresso Nacional que vão manifestar-se sobre a conveniência de o Brasil vir a ser signatário do Protocolo.

Tratativas que estamos estabelecendo, como dirigentes desta Comissão de Direitos Humanos, asseguraram a participação no seminário, na data referida, do relator da Organização dos Estados Americanos (OEA) para assuntos carcerários, Florentin Melendez; do representante regional do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Roberto Garreton; e de representante de organização não-governamental suíça especializada no tema e credenciada junto à ONU, inclusive para promover a ratificação do referido Protocolo. Todos eles confirmaram a disposição de trazer ao País o debate que vem ocorrendo em nível internacional sobre a importância desse instrumento no combate à tortura, bem como o efeito estimulador que a decisão brasileira teria no cenário latinoamericano.

O temário deverá se estender ao exame de questões relativas à implementação do Protocolo, como o perfil do Comitê de Monitoramento da Convenção contra a Tortura. A esse respeito, aliás, os convidados estrangeiros poderão acrescentar o conhecimento que têm das experiências internacionais, permitindo a esta Comissão a análise comparativa de modelos.

Em contatos com organizações não-governamentais especializadas nos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, como o CEJIL – Centro de Justiça Internacional, e a Justiça Global, além de duas outras com forte atuação no combate à tortura, como o Movimento Nacional de Direitos Humanos e a Pastoral Carcerária, mostraram-se dispostas a colaborar na organização do seminário, o que garante público amplo e qualificado, além de foco nas situações concretas do Brasil.

Brasília, 05 de julho de 2005

Deputada Iriny Lopes(PT-ES)

Deputado Luiz Couto (PT-PB)



7B46433504

Deputado Geraldo Tadheu (PPS-MG)



7B46433504